

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



O direito ambiental

Autor(es)

Narda Roberta Da Silva

Aline De Souza Jorge Gonçalves

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

O Direito Ambiental é o campo jurídico que trata das relações entre os seres humanos e o meio ambiente, buscando regular a interação entre as atividades humanas e o ambiente natural visando à proteção, conservação e sustentabilidade dos recursos naturais. Compreendendo as normas e regulamentos dedicadas a prevenir a degradação ambiental, promover a sustentabilidade e garantir uma melhor qualidade de vida das futuras gerações. Ao longo das últimas décadas o direito ambiental tem ganhado mais importância devido aos desafios e problemas globais relacionados as mudanças climáticas perda da biodiversidade e propagação da poluição.

Objetivo

O Direito Ecológico objetiva-se para a contribuição do desenvolvimento sustentável com políticas e práticas legais promovendo equilíbrio em todos os seus âmbitos, incluindo biodiversidade, qualidade de vida, economia, recursos naturais e ecossistemas.

Material e Métodos

A pesquisa foi elaborada em fases para uma melhor execução e entendimento do trabalho. Foi realizada a leitura do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, sobre o Meio Ambiente, a Agenda 21 da "Conferência das Nações Unidas", e o livro "Ideias para adiar o fim do mundo" de Ailton Krenak. Houve a realização de análise de casos em que foi estudado problemas ambientais, e a avaliação de algumas políticas ambientais e a sua eficácia.

Resultados e Discussão

Os resultados e mercados relacionados ao direito ambiental podem ser analisados de diversas maneiras. Isso inclui o crescimento de setores específicos, como energias renováveis, gestão de resíduos, proteção da biodiversidade e tecnologias verdes. Além disso, os resultados podem ser medidos em termos de conformidade regulatória, eficácia das políticas ambientais, investimentos em sustentabilidade por parte de empresas e governos, e o impacto na qualidade do ar, água e solo. Discussões sobre direito ambiental frequentemente abordam questões como mudanças climáticas, conservação de recursos naturais, responsabilidade ambiental. Esses resultados e tendências podem informar políticas futuras, estratégias de negócios sustentáveis e esforços de sensibilização pública para enfrentar os desafios ambientais globais.

Conclusão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Portanto, o Direito Ambiental é fundamental pois, garante à preservação e proteção do meio ambiente para às futuras gerações, promovendo um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e os recursos naturais do planeta.

Referências

Artigo 225 da Constituição Federal de 1988: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Agenda 21: Documento assinado por 179 países durante a "Conferencia da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento". O livro "Ideias para adiar o fim do mundo" de Ailton Krenak. Análise de casos e avaliação de políticas ambientais.